

Linha da Austeridade

Uma das vantagens da transição do governo Itamar Franco para o de Fernando Henrique Cardoso é a falta de surpresas reservadas à sociedade e aos agentes econômicos na condução da política econômica. O presidente do Banco Central e futuro ministro da Fazenda, Pedro Malan, reafirmou ao **JORNAL DO BRASIL** as linhas mestras da política de austeridade que vem sendo posta em prática antes mesmo do Real.

O clima de entendimento político surgido com a eleição de Fernando Henrique Cardoso e de um número expressivo de governadores, sobretudo dos estados mais poderosos da federação, foi muito importante. O comprometimento da União e dos estados com a austeridade possibilitará ao país avançar decisivamente no saneamento das finanças públicas.

Com base nessa premissa, o próximo ministro da Fazenda adiantou que dará prioridade ao saneamento das finanças e dos bancos estaduais, assobrados pelo excesso de financiamentos sem retorno ao próprio estado controlador. Depois de frisar que não se pode generalizar os problemas para todos os bancos estaduais, Malan adiantou que os bancos estaduais em dificuldades terão de fechar agências e demitir pessoal para sobreviverem.

A receita de austeridade para os bancos estaduais não chega a ser novidade. Os próprios bancos privados precisam seguir o figurino "porque não se passa de uma inflação de 5.000% para 25% ao ano como se nada tivesse acontecido", advertiu o atual presidente do Banco Central. O importante é que o governo federal tem disposição e cacife político para alistar os futuros governadores nesta frente de batalha.

O processo irreversível de abertura da economia brasileira, como resposta à falência do modelo de desenvolvimento patrocinado pelo Estado, colocou o país diante de enorme desafio. O Estado precisa modernizar-se, ser mais eficiente e

cortar o excesso de despesas que sobrecarrega a atividade privada. Mas o setor privado não pode esquivar-se à busca constante da redução de seus próprios custos e da capacitação gerencial e tecnológica, se quiser ser competitivo em regime de economia aberta.

A redução da carga tributária e dos encargos sociais que oneram a produção e inibem a expansão dos investimentos e dos empregos são tarefas das quais o Estado não pode eximir-se. Da mesma forma, o prosseguimento das reformas modernizadoras do funcionamento da economia dependem de iniciativas políticas do governo no âmbito do Congresso.

Como resumiu Pedro Malan, a orientação geral do governo para oferecer ao setor privado condições de competitividade necessárias ao exercício da liderança do processo produtivo é reduzir o custo de produção de bens e serviços do país em relação aos competidores internacionais.

A redução do chamado *custo Brasil* não depende apenas de reordenação na carga fiscal e na legislação do trabalho. Passa, sobretudo, pela flexibilização das leis e disposições constitucionais que cerceiam o campo de atuação da iniciativa privada. O Estado faliu e não consegue atualizar a infra-estrutura que garante a competitividade e o bem-estar do país. Só a reforma das leis pode tirar definitivamente o país do dilema entre a inflação e a recessão, abrindo espaço para a iniciativa privada oferecer à sociedade o que o Estado é incapaz.

A desindexação será o corolário dessas reformas e o atestado de maioridade da economia brasileira, que passará a dispensar a falsa proteção da indexação e enfrentar a dura realidade da verdade orçamentária e do rigor implacável contra a inflação pelas políticas monetária e cambial executadas por um Banco Central independente.

JORNAL DO BRASIL
29 DEZ 1994